

COMO HISTORIADORES E PROFESSORES DEVEM LIDAR COM NEGACIONISMOS E REVISIONISMOS

“Negacionismos e Revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça”¹. (Síntese dos debates e posicionamentos surgidos no evento promovido pelo Departamento de História da FFLCH / USP – Universidade de São Paulo)

Marcos Napolitano / Mary Anne Junqueira

Entre 7 e 9 de maio de 2019, o Departamento de História e o Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo organizaram um evento científico para discutir o fenômeno negacionista recente no campo da História, bem como o lugar dos revisionismos para o conhecimento histórico. O evento foi composto por uma conferência de abertura, que discutiu o que passamos a indicar como evento-matriz da questão do negacionismo (o Holocausto), e cinco mesas que trataram de temas específicos: o negacionismo e os revisionismos em torno da História indígena, da História africana e da escravidão, o impacto das categorias de raça e gênero nos estudos históricos, os revisionismos em contextos internacionais (com foco na questão da Inquisição e a perspectiva das direitas estadunidenses) e, por fim, os negacionismos e revisionismos em torno das ditaduras latino-americanas.

Ao longo das exposições e debates, foram se delineando perspectivas e estratégias para que os historiadores e professores de História compreendam e enfrentem o negacionismo e suas falas correlatas. A partir da contribuição dos palestrantes, delineamos a síntese que segue:

- 1) Reafirmando a perspectiva de Pierre Vidal-Naquet, em *Assassinos da memória*, a historiografia não deve discutir “com” os negacionistas, mas sim, analisar “o” negacionismo, compreendê-lo e enfrentá-lo². Entretanto, para a constituição do conhecimento, o historiador deve identificar o negacionista, verificar a sua prática, demarcar o lugar de onde ele fala, a quem quer atingir e investigar a quais causas serve. As discussões indicaram os negacionismos, tal qual a memória social, como tema da História, ainda que o conhecimento sobre tal careça ainda de maior adensamento. Os negacionistas foram, são e continuarão sendo uma corrente extremista marginal de opinião, ainda que as redes sociais e o mundo digital sejam espaços privilegiados para disseminar seu discurso.
- 2) O negacionismo não avança apenas nas Humanidades. Nas Ciências Biológicas, questiona-se a eficácia das vacinas e a negação de que o HIV é o responsável pela AIDS — o que acarretou graves problemas em alguns países em razão da diminuição da distribuição dos retrovirais. Nas Ciências da Terra, são conhecidos o negacionismo climático e a inquirição até mesmo do formato da Terra. O negacionismo histórico deve

¹ Esta síntese foi feita a partir das palestras dos participantes das mesas do evento - e dos debates decorrentes - a quem agradecemos: Antonia Terra Calazans, Flávio Thales Ribeiro Francisco, Iris Kantor, Ligia Ferreira, Luiz Felipe de Alencastro, Maria Helena Capelato, Maria Helena P.T. Machado, Maria Luiza Tucci Carneiro, Marina de Mello e Souza, Pedro Puntoni, Stella Maris Scatena Franco.

² NAQUET, Pierre Vidal *Assassinos da memória*. “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988, p. 11.

ser compreendido, desse modo, em contexto em que evidências reconhecidas e matérias comprovadas são negadas em várias áreas da Ciência.

- 3) Além do mais, os fenômenos dos negacionismos e dos revisionismos ideológicos são encontrados em outros países do Ocidente, além do Brasil. Os fenômenos brasileiros devem ser assim inseridos em contexto mais amplo para sua boa compreensão.
- 4) O negacionismo não tem como objetivo revisar e ampliar o conhecimento sobre o passado, mas destruir este conhecimento. As táticas são conhecidas: disseminação de falsidades e adulteração de fatos e processos históricos. O negacionismo é arma de determinados grupos políticos sectários. Deve-se, de início, perguntar: a quem serve o negacionismo? Exemplos contundentes de negacionismo, como a recusa da veracidade do Holocausto judeu sob o Nazismo ou a recusa da existência de tortura sistemática como parte do sistema repressivo do regime militar brasileiro não propõem novas interpretações sobre estes acontecimentos, mas simplesmente negam evidências e fatos essenciais para sua compreensão.
- 5) O revisionismo é, por outro lado, um conceito mais complexo. Dois tipos de revisionismo são identificáveis: o historiográfico e o ideológico. O primeiro deles reconhece o legítimo e necessário trabalho da historiografia. Já o revisionismo ideológico reúne autores politicamente interessados em manipular dados e desvirtuar fatos em nome de interesses específicos dados a priori. Como afirmou Deborah Lipstadt, no livro *Negação*, os historiadores têm o direito de interpretar os fatos, mas eles não podem conscientemente deturpar fatos.³ O holocausto judeu é fato consumado, assim como outros fatos relativos à história brasileira: os portugueses estiveram na África para praticar o tráfico de escravos, as populações indígenas foram massacradas ao longo da história brasileira, a tortura foi utilizada durante a ditadura militar. Negar tais fatos, é negar evidências, é o mesmo que afirmar que a Terra não é arredondada.
- 6) O revisionismo propriamente historiográfico é aquele calcado no conjunto de procedimentos que pressupõe o conhecimento: argumentação lógica, identificação de novas fontes e emprego do método, ainda que possa colocar em xeque perspectivas históricas consagradas na memória social e na historiografia. Este tipo de reinterpretação, como mencionado, deve ser incorporado ao debate. Ele faz parte do conhecimento historiográfico e como tal deve ser encarado. As novas perspectivas historiográficas sobre a escravidão, sobre a História indígena ou sobre a ditadura militar, por exemplo, vêm questionando explicações consagradas e problematizando as memórias sociais em torno destes temas. Nestes casos, as polêmicas e debates compartilham regras e métodos de pesquisa, sendo aceitas como parte do conhecimento histórico.
- 7) Há ainda o revisionismo com objetivos ideológicos, marcado pela ausência de método e da ética próprios da pesquisa historiográfica. Lançando mão de uma espécie de “parametodologia”, o revisionista de natureza ideológica se baseia em algumas operações facilmente identificadas: a) apropriação distorcida de teses historiográficas reconhecidas; b) destaque sensacionalista para casos particulares e excepcionais do passado (personagens, valores, instituições), cujas distorções transformam-se rapidamente em exemplos de como teses consagradas por historiadores acadêmicos são “falsas”; c) utilização de fragmentos de fontes, sem a devida contextualização ou crítica; d) exposição linear de fatos por relação direta de causa e efeito, abordagem há muito criticada e superada pela historiografia; e) defesa de posições sobre o passado

³ LIPSTADT, Deborah E. *Negação*. São Paulo: Universo dos livros, 2017, p. 11

que já partem de um olhar ideológico, moral ou valorativo — mas devidamente ocultado —, adequando a argumentação para comprová-la (portanto, procedimento inverso do trabalho historiográfico, no qual o ideológico e o valorativo estão explicitados e devem estar limitados às perguntas colocadas e não às respostas obtidas).

- 8) Esse revisionismo, como se vê, por exemplo nos “guias politicamente incorretos” sobre temas históricos, bem como o negacionismo que dele se alimenta, deve ser compreendido e criticado pelos historiadores, ainda que não se reconheça seus procedimentos ou resultados como parte do conhecimento historiográfico delimitado pela academia. Em que pese suas fragilidades metodológicas e argumentativas, é preciso reconhecer sua influência no grande público e esquadrihar criticamente quais os seus valores (nem sempre explicitados), quais interesses, quais seus objetivos, para quem ele se dirige, quem ele quer atacar no presente quando revisa ideologicamente um tema no passado.
- 9) Em todo o trabalho historiográfico, seja na pesquisa ou no ensino, pode estar presente uma perspectiva política. Historiadores são cidadãos, tem posições políticas e perspectivas comprometidas com o passado que estudam. Cabe ressaltar, que a historiografia brasileira, há muito tempo, tem sido marcada por uma História empenhada com a democracia e a cidadania. Há, entretanto, uma diferença que deve ser marcada em relação aos autores panfletários: o historiador deve explicitar suas perspectivas, políticas e metodológicas, não deve se desviar do método histórico calcado no tratamento crítico das fontes, não deve silenciar diante das evidências de fatos e processos, e deve manter-se na argumentação baseada em conceitos e categorias. Essa é sua ética de trabalho, base da pesquisa e do ensino de história.
- 10) A defesa de uma base metodológica para conhecer o passado não implica que o historiador deixe de se comunicar com um público mais amplo, além do meio acadêmico, em todas as frentes e meios de comunicação. O grande desafio da área de História é como fazê-lo, quais técnicas de escrita e de comunicação necessárias para conciliar o rigor e a fluência para um público mais amplo.
- 11) Este desafio também inclui o professor de história do ensino básico, que não é aquele que repete irrefletidamente a historiografia acadêmica, mas que deve manter com ela diálogo fecundo, acessível aos alunos e voltado para o desenvolvimento do pensamento histórico.
- 12) Tão grave quanto o negacionismo e os revisionismos de natureza ideológica, são os “silenciamentos e apagamentos” de personagens do passado que expressam lutas de minorias (ou de majorias) contra a violência imposta pelos sistemas de poder político ou a luta pela conquista de direitos negados. Ampliar o conhecimento histórico é revelar atores e processos desconsiderados pela memória dominante e por historiografias passadas, que ainda dormem em “estado de arquivo”.
- 13) Nesse caso, a historiografia assume um compromisso democrático, que também deve respeitar as regras do método e as evidências. Esta historiografia deve compreender a desigualdade, as “vítimas” do passado, os “vencidos”, os “de baixo” como parte de um complexo social plural, contraditório e complexo que não comporta visões maniqueístas e simplistas. A perspectiva militante é uma prerrogativa legítima dos movimentos sociais, e seu discurso sobre o passado pode até receber o aporte de historiadores engajados, mas a pesquisa e o ensino de história devem ter autonomia, e ir além desses limites.
- 14) O direito às narrativas e lugares de fala fundamentam as memórias sociais e interagem com o conhecimento histórico, e não caberia ao historiador interdita-las ou desqualificá-

las, mas problematizá-las e compreendê-las. Os usos da História pelos diversos atores, instituições e movimentos sociais não devem, entretanto, desviar a pesquisa e o ensino do imperativo de conhecer, ampliar as perspectivas do passado com base em evidências testemunhais, materiais e documentais, e criticar interpretações dominantes, quando for o caso. O melhor antídoto contra o negacionismo e o revisionismo ideológico é a verdade histórica.

- 15) A verdade histórica, há muito tempo, deixou de ser a verdade absoluta e factual que os historiadores do credo cientificista buscavam. A verdade deve ser referencial, um “ponto de fuga” identificável nas fontes e evidências, um compromisso ético e ontológico do historiador, passível de interpretações, novos contornos narrativos e articulações factuais.
- 16) A interpretação historiográfica não é apenas mais uma narrativa ficcional e relativa. A ficção histórica, presente em diversas linguagens artísticas e expressões culturais, é uma dimensão fundamental da História Pública, tem o poder de criar uma cultura histórica vigorosa, produzir memórias e pautar valores em uma dada sociedade. Ela pode se alimentar da historiografia e da verdade histórica, mas não deve ser confundida com esta.
- 17) A defesa do conhecimento histórico e do ensino de história baseados no rigor metodológico, na rejeição ao negacionismo, na crítica ao revisionismo ideológico e na objetividade não significa defender uma historiografia autocentrada, fechada na torre de marfim dos congressos científicos e dos artigos com poucos leitores. Seja na divulgação do conhecimento por parte de pesquisadores, no campo do ensino ou na sua apropriação livre pela sociedade, a História tem claramente um papel social.
- 18) Da nossa parte, defendemos que a História e a historiografia façam parte da construção da cidadania e do Estado Democrático de direito, o que significa ir além de uma historiografia de “esquerda” ou de “direita”. É preciso reconhecer que essas nuances ideológicas existem na comunidade de historiadores e professores de História e atuam na escolha de objetos e interpretações. Mas, em si mesmas, não são obstáculos ao conhecimento histórico, desde que o rigor metodológico, a ética de pesquisa e ensino e a objetividade sejam mantidos.
- 19) Os pesquisadores e professores de História, aos quais se pode cobrar rigor, ética de pesquisa e decoro profissional, não são meros emissores de opinião, mas profissionais que sistematizam o conhecimento histórico e ajudam a sociedade a conhecer a si mesma, em suas virtudes e mazelas.